

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	43
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	45
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	46
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
Total	13.976.292.242
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	1.403.372	1.467.685
1.01	Ativo Circulante	416.129	309.932
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.561	54.431
1.01.02	Aplicações Financeiras	250.841	152.734
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	250.841	152.734
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	250.841	152.734
1.01.03	Contas a Receber	60.896	59.038
1.01.03.01	Clientes	60.896	59.038
1.01.03.01.01	Contas a Receber	59.444	57.500
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	1.452	1.538
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.502	7.285
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.604	2.387
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	90.725	34.057
1.01.08.03	Outros	90.725	34.057
1.01.08.03.01	Contas a Receber com Operações de Derivativos	44.784	162
1.01.08.03.03	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	44.955	33.791
1.01.08.03.04	Adiantamentos a Fornecedores	557	0
1.01.08.03.05	Outros Créditos	429	104
1.02	Ativo Não Circulante	987.243	1.157.753
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	148.889	223.152
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.590	1.594
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	147.299	221.558
1.02.01.10.03	Contas a Receber com Operações de Derivativos	0	41.030
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	20	20
1.02.01.10.05	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	146.106	179.212
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais e Outros	1.173	1.296
1.02.03	Imobilizado	46.353	48.533
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	39.791	42.058
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	6.562	6.475
1.02.04	Intangível	792.001	886.068
1.02.04.01	Intangíveis	792.001	886.068

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	1.403.372	1.467.685
2.01	Passivo Circulante	290.525	147.350
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.515	9.714
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.128	1.389
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.387	8.325
2.01.02	Fornecedores	14.148	19.708
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.110	19.587
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	38	121
2.01.03	Obrigações Fiscais	42.656	55.405
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	38.381	50.564
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	34.547	44.311
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	3.834	6.253
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.275	4.841
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	4.275	4.841
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	208.106	17.811
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	5.803
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	5.803
2.01.04.02	Debêntures	208.106	12.008
2.01.05	Outras Obrigações	14.185	18.126
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.178	3.813
2.01.05.02	Outros	10.007	14.313
2.01.05.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	1.241	1.372
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	8.766	5.579
2.01.05.02.06	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	0	7.362
2.01.06	Provisões	915	26.586
2.01.06.02	Outras Provisões	915	26.586
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	915	26.586
2.02	Passivo Não Circulante	715.874	1.062.053
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	614.785	938.328
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	148.805
2.02.01.02	Debêntures	614.785	789.523
2.02.02	Outras Obrigações	39.815	66.247
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	39.815	39.815
2.02.02.02	Outros	0	26.432
2.02.02.02.06	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	0	26.432
2.02.03	Tributos Diferidos	56.090	48.905
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	56.090	48.905
2.02.04	Provisões	5.184	8.573
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.184	8.573
2.03	Patrimônio Líquido	396.973	258.282
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.642	2.642
2.03.02.07	Ágio em Transação de Capital	2.642	2.642
2.03.04	Reservas de Lucros	27.988	115.877
2.03.04.01	Reserva Legal	27.953	27.953
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	87.889

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	35	35
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	226.580	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	235.413	710.155	261.628	774.009
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-86.458	-277.822	-89.623	-297.375
3.02.01	Custo de Construção	-2.320	-20.119	-7.339	-47.047
3.02.02	Provisão de Manutenção	-8	-1.966	-4.034	-13.501
3.02.03	Depreciação e Amortização	-42.626	-123.060	-35.655	-103.817
3.02.04	Custo de Outorga	-15.072	-45.063	-15.396	-45.523
3.02.05	Serviços	-10.319	-42.574	-12.630	-44.227
3.02.06	Custo com Pessoal	-9.945	-30.378	-10.100	-30.146
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-2.640	-8.016	-2.249	-7.243
3.02.08	Outros	-3.528	-6.646	-2.220	-5.871
3.03	Resultado Bruto	148.955	432.333	172.005	476.634
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.442	-43.045	-14.219	-45.224
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.751	-44.263	-14.530	-44.624
3.04.02.01	Serviços	-7.092	-21.322	-7.056	-20.625
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-470	-1.426	-492	-1.628
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-3.873	-13.055	-4.186	-13.290
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-154	-406	-154	-562
3.04.02.05	Outros	-3.162	-8.054	-2.642	-8.519
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	314	1.266	324	1.032
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5	-48	-13	-1.632
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	134.513	389.288	157.786	431.410
3.06	Resultado Financeiro	-15.365	-43.386	-13.055	-53.220
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	119.148	345.902	144.731	378.190
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-42.053	-119.322	-49.112	-127.946
3.08.01	Corrente	-42.548	-112.137	-50.511	-124.657
3.08.02	Diferido	495	-7.185	1.399	-3.289
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	77.095	226.580	95.619	250.244
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	77.095	226.580	95.619	250.244

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00525	0,01544	0,00652	0,01705
3.99.01.02	PN	0,00578	0,01698	0,00717	0,01876
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00525	0,01544	0,00652	0,01705
3.99.02.02	PN	0,00578	0,01698	0,00717	0,01876

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	77.095	226.580	95.619	250.244
4.03	Resultado Abrangente do Período	77.095	226.580	95.619	250.244

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	380.293	391.010
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	433.089	442.185
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido no Período	226.580	250.244
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.185	3.289
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	26.774	2.473
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	111.155	92.849
6.01.01.05	Amortização do Direito de Concessão	13.331	12.596
6.01.01.06	Baixa do Ativo Imobilizado	50	1.632
6.01.01.07	Variação Cambial s/Empréstimos, Financiamento	-2.838	-5.822
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária sobre Debêntures e Financiamentos	53.523	44.102
6.01.01.10	Capitalização de Custo de Empréstimos	-2.070	-5.506
6.01.01.13	Atualização monetária s/ riscos cíveis, trabalhistas e Previdenciários	-1.825	0
6.01.01.14	Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	-1	-14
6.01.01.15	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	1.539	2.773
6.01.01.16	Constituição (Reversão) da Provisão de Manutenção	1.966	13.501
6.01.01.17	Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manutenção	458	3.388
6.01.01.18	Variações Cambiais sobre Fornecedores estrangeiros	5	-3
6.01.01.19	Resultado de Operações com Derivativos	-4.743	23.362
6.01.01.20	Juros e Variação Monetária com Partes Relacionadas	2.000	3.321
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-52.796	-51.175
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-1.943	-2.634
6.01.02.02	Partes relacionadas - Ativo	90	-162
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	1.783	-5.538
6.01.02.04	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	-4.832	-21.259
6.01.02.05	Outras Despesas Antecipadas	-1.419	2.188
6.01.02.07	Fornecedores	-5.565	1.984
6.01.02.08	Fornecedores - Partes Relacionadas	-263	306
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	801	1.786
6.01.02.10	Imp. e Contr. a Recolher e Parcelados e Provisão para IR e CS	105.439	122.386
6.01.02.11	Pagamento de Provisão de Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-3.103	-1.833
6.01.02.12	Obrigações com o Poder Concedente	-131	20
6.01.02.13	Realização da Provisão de Manutenção	-28.095	-27.303
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	3.187	1.361
6.01.02.15	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-118.188	-121.798
6.01.02.17	Adiantamento a Fornecedores	-557	-679
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-124.326	-53.974
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-6.481	-4.204
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	-19.738	-49.770
6.02.04	Aplicações financeiras	-98.107	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-305.837	-301.369
6.03.02	Cessão onerosa - pagamento de juros	-1.372	-2.400
6.03.03	Liquidação de Operações com Derivativos	-37.311	-30.262

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.03.05	Empréstimos e Debêntures - custo de transação incorrido	-127	-101
6.03.06	Empréstimos e Debêntures - Pagamentos Principal	-148.570	-175.298
6.03.07	Empréstimos e Debêntures - Pagamentos de Juros	-30.568	-25.684
6.03.10	Dividendos pagos a acionistas controladores	-87.889	-65.900
6.03.13	AFAC - Partes Relacionadas	0	-1.724
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-49.870	35.667
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	54.431	118.893
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.561	154.560

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	115.877	0	0	258.282
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	115.877	0	0	258.282
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-87.889	0	0	-87.889
5.04.06	Dividendos	0	0	-87.889	0	0	-87.889
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	226.580	0	226.580
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	226.580	0	226.580
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	27.988	226.580	0	396.973

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	93.943	0	0	236.348
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	93.943	0	0	236.348
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-65.900	0	0	-65.900
5.04.06	Dividendos	0	0	-65.900	0	0	-65.900
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	250.244	0	250.244
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	250.244	0	250.244
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	28.043	250.244	0	420.692

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	777.613	843.225
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	775.480	837.623
7.01.02	Outras Receitas	2.070	5.506
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	63	96
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-106.619	-147.218
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-54.828	-55.587
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-29.706	-31.083
7.02.04	Outros	-22.085	-60.548
7.02.04.01	Provisão de Manutenção	-1.966	-13.501
7.02.04.02	Custo de Construção	-20.119	-47.047
7.03	Valor Adicionado Bruto	670.994	696.007
7.04	Retenções	-124.486	-105.445
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-124.486	-105.445
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	546.508	590.562
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	60.936	65.054
7.06.02	Receitas Financeiras	60.936	65.054
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	607.444	655.616
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	607.444	655.616
7.08.01	Pessoal	38.697	38.932
7.08.01.01	Remuneração Direta	26.324	27.564
7.08.01.02	Benefícios	10.379	9.394
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.370	1.334
7.08.01.04	Outros	624	640
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	190.214	197.400
7.08.02.01	Federais	152.238	161.775
7.08.02.02	Estaduais	153	159
7.08.02.03	Municipais	37.823	35.466
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	151.953	169.040
7.08.03.01	Juros	105.753	122.602
7.08.03.02	Aluguéis	1.137	915
7.08.03.03	Outras	45.063	45.523
7.08.03.03.01	Outorga	45.063	45.523
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	226.580	250.244
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	226.580	250.244

Comentário do Desempenho

Comentários Sobre o Desempenho - 3º trimestre 2018

As informações financeiras intermediárias abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (“IASB”), especificamente, o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 3T17.

Principais Destaques

- A Receita líquida operacional alcançou R\$ 233,1 milhões (-8,3%);
- O Lucro líquido atingiu R\$ 77,1 milhões (-19,5%);
- O EBIT atingiu R\$ 134,5 milhões (-14,7%);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 188,9 milhões (-5,0%).

Indicadores [R\$ MM]	3ºT18	3ºT17	Var. %
Receita Líquida Operacional (*)	233,1	254,3	-8,3%
EBIT	134,5	157,8	-14,7%
Margem EBIT Ajustada	57,7%	62,1%	-4,4 p.p
EBITDA Ajustado	188,9	198,8	-5,0%
Margem EBITDA Ajustada	81,0%	78,2%	2,9 p.p
Lucro Líquido	77,1	95,6	-19,5%

(*) Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos diretos.

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq¹

Em unid. ²	3ºT18	3ºT17	Var. %
Veículos Equivalentes	29.054.331	31.349.459	-7,3%
Veículos Leves (Eq)	17.583.165	17.833.941	-1,4%
Veículos Pesados (Eq)	11.471.166	13.515.518	-15,1%

1 – Veq¹ - Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2 - Nas praças de pedágio, onde a cobrança é unidirecional, o seu volume de tráfego foi dobrado para se ajustarem àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Tráfego Consolidado (-7,3%)

O Tráfego consolidado do 3T18 registrou queda de 7,3% em relação ao 2T17, com efeito calendário nulo. O efeito calendário contempla a sazonalidade dos feriados da Revolução Constitucionalista e da Independência e da Copa

Comentário do Desempenho

do Mundo, além da greve geral que ocorreu no ano passado no período de 30/06 a 02/07/2017. Nesse ano há a isenção da cobrança dos eixos suspensos que teve início em 31/05/2018.

Veículos de Passeio (-1,4%)

O 3T18 registrou queda de 1,4% sobre o mesmo período de 2017, com efeito calendário de 0,6%.

Veículos Comerciais (-15,0)

A movimentação de veículos comerciais no 3T18 foi 15,1% menor comparada ao 3T17, com efeito calendário de -0,9%.

1. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional

Receita bruta operacional [R\$ mil]	3ºT18	3ºT17	Var. %
Receita de pedágio	251.470	273.003	-7,9%
Receitas acessórias	3.730	3.807	-2,0%
Receita bruta operacional	255.200	276.810	-7,8%

Receita bruta de construção [R\$ mil]	3ºT18	3ºT17	Var. %
Total	2.320	7.339	-68,4%

Receita de Construção

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Concessionária deverá reconhecer a Receita e o Custo de Construção, de acordo com o CPC 17 (R1) – Contratos de Construção. Para a CCR ViaOeste, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Os investimentos da CCR ViaOeste acompanham o Cronograma acordado com o Poder Concedente. Dentre os principais investimentos do 3T18, destacamos as restaurações de trevos quanto a recuperação de pavimento e pequenas correções geométricas, implantação das faixas adicionais nos km 44,2 ao 45,8 da Pista Leste e km 50,4 ao 52,4 também Pista Leste, da Rodovia Presidente Castello Branco – SP 280 e projetos para Duplicação da SP 270 entre os Km 67,0 ao Km 87,2.

Comentário do Desempenho

Receita Líquida Operacional

A Receita Líquida Operacional do 3T18 registrou redução de 8,3% em relação ao 3T17, influenciado principalmente pela isenção da cobrança de eixo suspenso a partir de 31/05/2018.

A Receita Líquida Operacional é obtida a partir das deduções dos tributos sobre a Receita Operacional Bruta, isto é, do recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), de COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cuja representatividade corresponde a 8,65% sobre a receita de pedágio.

Custos e Despesas

Custos e Despesas [R\$ mil]	3ºT18	3ºT17	Var. %
Custo de Construção	2.320	7.339	-68,4%
Provisão de Manutenção	8	4.034	-99,8%
Depreciação e Amortização	43.096	36.147	19,2%
Custos da Outorga	15.072	15.396	-2,1%
Serviços de Terceiros	17.411	19.686	-11,6%
Custo com pessoal	13.818	14.286	-3,3%
Materiais, Equipamentos e Veículos	2.794	2.403	16,3%
Outros	6.690	4.862	37,6%
Custos e Despesas	101.209	104.153	-2,8%

O custo total da concessionária diminuiu 2,8% no 3T18, quando comparado ao mesmo período de 2017. As principais variações estão mencionadas a seguir:

Custo de Construção: A redução de 68,4% no 3T18, comparado com o 3T17, é reflexo dos investimentos nas rodovias Presidente Castello Branco e Raposo Tavares que são realizados seguindo o cronograma de investimentos definido no Contrato de Concessão e mencionado nos itens acima.

Provisão de Manutenção: Neste trimestre houve uma redução de 99,8%, em comparação com o 3T17, associado ao prazo original do Contrato de Concessão findo em 31/03/2018, onde as intervenções contratuais foram concluídas.

Depreciação e Amortização: Reflexo das transferências de novos investimentos que estavam em implantação (em andamento) para o ativo (definitivo) quando de sua conclusão/liberação técnica (entrou em operação), iniciando o processo de depreciação e amortização do ativo.

Custo da Outorga: Estes custos são impactados diretamente pelo desempenho da receita operacional.

Comentário do Desempenho

Serviços de Terceiros: A redução de 11,6% nas despesas com prestação de serviços, estão principalmente relacionados com os custos diretos de conservação de obras de arte especiais: pontes, viadutos, túneis e obras de arte correntes (drenagem), seguindo o cronograma de intervenções da Companhia, em consonância com o Contrato de Concessão.

Custos com Pessoal: No 3T18 houve uma redução de 3,3% em relação ao mesmo período de 2017, principalmente devido a reestruturação de pessoal.

Materiais, Equipamentos, Veículos: Neste trimestre houve um aumento de 16,3%, em comparação com o 3T17, impactados principalmente pela demanda de materiais para manutenção e conservação em 2018.

EBITDA

Reconciliação EBITDA [R\$ MM]	3ºT18	3ºT17	Var. %
Lucro Líquido	77,1	95,6	-19,5%
(+) IR/CS	42,1	49,1	-14,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	15,4	13,1	17,5%
(+) Depreciação e Amortização	43,1	36,1	19,2%
EBITDA (a)	177,6	193,9	-8,4%
Margem EBITDA (a)	75,4%	74,1%	1,3 p.p
(+) Despesas antecipadas (b)	11,2	0,8	1737,5%
(+) Provisão de manutenção (c)	0,0	4,0	-98,9%
EBITDA Ajustado	188,9	198,8	-5,0%
Margem EBITDA Ajustada (d)	81,0%	78,2%	2,9 p.p

(a) Cálculo realizado segundo Instrução CVM 527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas.

(d) A Margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

EBIT

Reconciliação EBIT [R\$ MM]	3ºT18	3ºT17	Var. %
Lucro Líquido	77,1	95,6	-19,5%
(+) IR/CS	42,1	49,1	-14,3%
(+) Resultado Financeiro Líquido	15,4	13,1	17,5%
EBIT (a)	134,5	157,8	-14,7%
Margem EBIT (a)	57,1%	60,3%	-3,2 p.p
Margem EBIT Ajustada (b)	57,7%	62,1%	-4,4 p.p

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido [R\$ MM]	3ºT18	3ºT17	Var. %
Despesas Financeiras	(26,0)	(39,5)	-34,1%
Financiamentos - Juros e Var. Monet.	(24,7)	(38,2)	-35,4%
Taxas, Comissões e Outros	(1,4)	(0,5)	187,8%
Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manut.	0,0	(0,8)	-100,9%
Receitas Financeiras	10,7	26,4	-59,6%
Rendimento sobre aplicações Financ	2,6	2,1	21,0%
Outras receitas financeiras	8,1	24,3	-66,7%
Resultado Financeiro	(15,4)	(13,1)	17,7%

O Resultado Financeiro do 3T18 está 17,7% superior ao 3T17, devido a variação cambial positiva ocorrida no 3T17 referente a captação 4131 vigente no período.

2. Investimentos

A CCR ViaOeste tem investido em melhorias na segurança das rodovias do Sistema Castello Raposo, na recuperação do pavimento em diversos trechos, no intuito de sempre oferecer aos usuários rodovias de melhor qualidade, bem como atender aos requisitos de investimentos previstos no Contrato de Concessão.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes [un]	3ºT18	3ºT17	Var. %
Total de acidentes	737	791	-6,8%
Total de vítimas	533	594	-10,3%

A CCR ViaOeste trabalha para o aprimoramento da segurança dos usuários que utilizam suas rodovias, principalmente com o apoio da Polícia Militar Rodoviária, monitoramento das rodovias por meio de câmeras e inspeção de tráfego, intensificação de campanhas educativas e ações de engenharia.

O resultado do 3T18 apresentou redução de 6,8% na quantidade de acidentes e queda de 10,3% na quantidade de vítimas, em comparação ao mesmo período de 2017.

4. Ações de caráter ambiental, responsabilidade social e cultural

Com relação aos projetos socioculturais e esportivos, foram realizados nos municípios do entorno das rodovias administradas pela CCR ViaOeste os seguintes Projetos:

Comentário do Desempenho

Caminhos para a Cidadania: Realizado na ViaOeste desde 2007, com foco em segurança no trânsito, mobilidade urbana e cidadania, o programa oferece uma abordagem didático-pedagógica, desenvolvida para se trabalhar questões relativas à cidadania e a segurança no trânsito. O objetivo do programa é contribuir para uma sociedade mais consciente, preservando vidas e formando jovens cidadãos.

Desde o início, já foram atendidos mais de 640 mil alunos, mais de 22 mil educadores em 400 escolas por ano, em 17 municípios do sistema Castello-Raposo. O programa Caminhos para a Cidadania tem como foco alunos de 4º e 5º anos do ensino fundamental das redes públicas de ensino.

Estrada para Saúde: Instalado na área de descanso, situado no km 57 da Rodovia Castello Branco - SP 280, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, oferece diariamente e gratuitamente, a verificação de glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros, saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), corte de cabelo e massagem bioenergética. Disponibiliza ainda aos usuários espaço com lavanderia, chuveiros, além de um amplo estacionamento para 50 carretas.

Karatequinha: O projeto tem por objetivo proporcionar às crianças e adolescentes de 5 a 18 anos, no contra-turno escolar, esporte, disciplina, ética e autocontrole por meio do Karatê, visando a formação do caráter de crianças e adolescentes na cidade de São Roque. Além da prática esportiva, são oferecidas atividades culturais e de lazer, realização de encontros com os pais, além de encaminhamento para cursos de qualificação profissional através de parcerias com instituições de ensino. Também são oferecidos pelo projeto, aulas de espanhol, inglês, informática, música, biblioteca e recreações (jogos, brinquedos, vídeo-game, etc.) aos participantes que apresentam ótimo desempenho escolar. Anualmente são atendidos cerca de 300 alunos.

Projeto Sacolona – O Sacolona é um projeto socioambiental que transforma lonas e banners que seriam descartados, em criativos produtos ecologicamente corretos, revertendo lixo em um negócio rentável. Em parceria com uma Associação de Costureiras de Santana de Parnaíba, as lonas e banners são doados e a associação idealiza os produtos e viabiliza a confecção dos itens (corte e costura, comercialização e administração do negócio).

Lacre Solidário - Campanha de arrecadação de lacres de alumínio para troca de cadeiras de rodas. A campanha é realizada por colaboradores, fundos sociais, secretarias de educação e demais parceiros. Desde 2012 já foram entregues 279 cadeiras de rodas.

Música e Cidadania - Escola de música com sede em Mairinque, atendendo gratuitamente **250 alunos**, entre jovens e crianças. Os alunos têm aulas de todos os instrumentos musicais que compõem uma banda sinfônica:

Comentário do Desempenho

flauta transversal, saxofone, trompa, trompete, trombone, percussão, eufônio. Além da escola, a formação profissional de músicos promove concertos em teatros, auditórios e praças, executando arranjos de compositores consagrados da música erudita e obras de compositores da música popular.

Cine em Cena: “Cine em Cena Brasil” é uma sala de cinema itinerante com **225 lugares** que leva a sétima arte às cidades que não possuem salas comerciais. O projeto ainda conta com a instalação em regiões desfavorecidas cultural e economicamente, proporcionando assim o acesso da comunidade carente aos bens culturais brasileiros e à tecnologia **3D** de alto custo para a maioria da população. Para muitos, esta é a primeira oportunidade de ver um filme em uma sala de cinema. Realizado nos municípios de Sorocaba, São Roque e Osasco nos meses de Abril, Maio e Agosto, atendeu um público de 6.346 pessoas, entre crianças, jovens e adultos

BuZum! Um ônibus especialmente reformado que pode chegar a porta das escolas, creches, casas, um teatro que vai ao encontro do seu público, que tem cada vez mais perto de si a possibilidade de desfrutar o encanto que só o teatro de bonecos pode oferecer. Em 2018 o espetáculo apresentado foi o Sabor de Vitória, o tema central do espetáculo é a Alimentação Saudável, e quando mais cedo começar, melhor será, afinal a obesidade infantil tem crescido muito nos últimos anos. Faixa etária: Alunos do ensino infantil e fundamental I – de 3 a 11 anos. O projeto BuZum circulou pelas cidades de Barueri, Santana de Parnaíba, Jandira, Itapevi, Carapicuíba e Araçatuba, atendendo 2.916 crianças.

No Compasso das Cores - O projeto é composto por oficinas de pintura ao ar livre, integrando apresentações de música popular brasileira interpretadas de forma instrumental na qual figuram obras de Pixinguinha, Ernesto Nazareth, Jacob do bandolim. A oficina de pintura é conduzida pela ONG Pintura Solidária e as apresentações musicais ficam por conta do Grupo Quitanda. Realizada em Maio na cidade de Barueri, atingiu um público de 800 pessoas.

Teatro nas Escolas - Apresentações de espetáculo teatral para escolas públicas municipais. A encenação de "Cada Um é Um" propõe um espaço imaginário destacado do cotidiano, de onde saem histórias, brincadeiras, músicas, bonecos e desafios. Realizado nos municípios de Cotia, Vargem Grande Paulista e Itu, o espetáculo foi apresentado para cerca de 2.000 alunos.

Teatro a Bordo - O Teatro a Bordo é o primeiro teatro móvel solar do Brasil, contando com apresentações gratuitas de teatro, oficinas educativas, cortejos e intervenções artísticas em seu contêiner-palco que viaja por todo o país. As apresentações são realizadas em praças e espaços públicos, com acesso gratuito e irrestrito da população, abrindo suas cortinas também para o artista da cidade, proporcionando o intercâmbio cultural e a valorização da cultura local. Realizado nas cidades de Sorocaba, São Roque, Alumínio e Santana de Parnaíba, entre os meses de agosto e setembro, atendeu um público de 10.545 pessoas entre crianças, jovens e adultos.

Comentário do Desempenho

Nosso Mundo Melhor: O programa de voluntariado Nosso Mundo Melhor é uma iniciativa do Instituto CCR com a proposta de engajar os colaboradores em uma ação solidária em parceria com instituições sociais locais. A ação é uma oportunidade de se aproximar de sua comunidade, realizando atividades lúdicas, gincanas, brincadeiras, preparo de lanches, ações de reparo/melhoria nas instalações das instituições escolhidas. Realizado no dia 25 de agosto, reuniu cerca de 70 colaboradores e 100 crianças assistidas pela instituição.

Campanha do Agasalho: Parceria realizada com o Fundo Social de São Paulo e Artesp para arrecadação de peças de agasalhos e cobertores. Toda doação é destinada aos Fundos Sociais das cidades do sistema Castello-Raposo. Visa fomentar a solidariedade através da doação de peças de agasalhos e cobertores. Em 2018 foram doadas mais de 4500 peças de agasalhos.

Na Direção da Vida - Programa de palestras rápidas com especialistas da área de trânsito, segurança pública, além de visita guiada por profissionais de saúde ao salão de emergência, à unidade de terapia intensiva e à ala de internação de trauma do Hospital Regional de Sorocaba. Após a visita a ação é finalizada com roda de conversa com vítimas de acidente de trânsito. A ação é realizada com jovens de ensino médio, na cidade de Sorocaba e atende cerca de 25 jovens por mês.

Espectáculo Teatral Cadê o amor que estava aqui? Espectáculo teatral apresentado ao público infantil. Tem como proposta discutir temas como: preservação da natureza, cidadania, inclusão e diversidade. Realizado durante os meses de setembro e outubro, nas 17 cidades do entorno das rodovias do sistema Castello – Raposo, atendeu um público de mais de 11 mil crianças.

Uma nova visão do Jogo - Em parceria com a Secretaria de Educação de Osasco, o projeto “Uma nova visão de jogo” é um projeto Esportivo Educacional de inclusão social por meio do esporte Futebol, atende 120 crianças na escola Messias Gonçalves, localizada na comunidade de Santa Maria. Além do esporte, as crianças têm acesso a diversas atividades ligadas à cidadania.

5. Considerações Finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de setembro de 2018

Os saldos apresentados em Reais nesta ITR foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada à Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 – Lado Par – Conjunto Norte, bairro Jardim Mutunga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Controladora final da Companhia é a CCR S.A.

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão entre 31 de março de 1998 e 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

Nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018, não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, exceto para o abaixo descrito:

Processo de investigação

Em 23 de fevereiro de 2018, foram veiculadas matérias na imprensa noticiando que a CCR S.A. sua controladora, a Companhia e determinadas companhias integrantes do grupo CCR foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. O assunto foi objeto de Comunicado ao Mercado, divulgado em 24 de fevereiro de 2018.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração de 28 de fevereiro de 2018, foi deliberada a criação de um Comitê Independente que – em conjunto com assessores jurídicos e com uma empresa internacional de consultoria especializada em investigação corporativa – iniciou o procedimento de investigação para a apuração dos fatos noticiados e eventuais fatos conexos que poderão ou não envolver outras empresas do Grupo.

Em 28 de fevereiro e 12 de março de 2018, a CCR S.A., divulgou fatos relevantes informando ao mercado não só a criação do Comitê Independente, como sua composição e a seleção pelo Comitê Independente dos seus assessores jurídicos e de empresa internacional de consultoria especializada na realização de processos de investigação corporativa, como acima referido. Como divulgado no Fato Relevante de 28 de fevereiro, as conclusões do Comitê Independente serão submetidas ao Conselho de Administração, que deliberará quanto às medidas necessárias a serem tomadas.

Em 3 de maio de 2018, a Controladora CCR S.A. recebeu do Ministério Público do Estado de São Paulo, pedido de informações, no âmbito de Inquérito Civil, sobre os fatos noticiados pela imprensa. O prazo para resposta à referida solicitação seria o dia 14 de maio de 2018. Porém, no curso desta solicitação, foram requeridos novos esclarecimentos, tornando o prazo acima prejudicado. Em seguida, antes de cumpridas as referidas solicitações, o Ministério Público do Estado de São Paulo decretou o sigilo do procedimento.

Notas Explicativas

Em 20 de maio de 2018, foi veiculada matéria sob título “MP aponta caixa 2 da CCR para a campanha de Alckmin”. Conforme comunicado ao mercado, datado de 24 de maio de 2018, a Controladora CCR S.A., respondendo a Ofício da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, esclareceu que, em 28 de fevereiro de 2018, tão logo tomou conhecimento de reportagens publicadas na imprensa acerca de suposta prática de atos ilícitos envolvendo a Controladora CCR S.A., foi constituído Comitê Independente para conduzir investigações relacionadas aos eventos citados nas reportagens e conexos. Ademais, a Controladora CCR S.A. ressaltou também que os trabalhos do Comitê ainda não haviam se encerrado, e que, portanto, as investigações conduzidas sob sua supervisão não haviam sido concluídas.

Em 15 de outubro de 2018, a controladora CCR S.A. divulgou Fato Relevante citando que segue no firme propósito de contribuir com as autoridades para que a investigação em curso elucide os fatos veiculados recentemente na mídia, sendo certo que o Comitê Independente segue coordenando e supervisionando o trabalho de investigação e que o mesmo reportará os resultados ao Conselho de Administração tão logo este processo seja concluído.

A Companhia está sujeita à Lei 12.846/13 e, se os fatos veiculados se provarem verdadeiros, eventuais penalidades poderão ter efeitos materiais sobre a posição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa futuros da Companhia e sua controladora. Entretanto, no momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventual provisão para contingências sobre este assunto nestas informações trimestrais.

As investigações conduzidas pelo Comitê Independente ainda estão em andamento e, portanto, não é possível determinar se, ao final dos trabalhos, serão revelados fatos que possam trazer impactos à controladora CCR S.A. e, com base nos elementos que possui até o momento, a controladora CCR S.A., em conjunto com seus assessores jurídicos e consultores especializados, efetuou avaliação sobre eventuais efeitos nas suas informações financeiras trimestrais e concluiu que os fatos conhecidos veiculados e os valores correspondentes, considerados isoladamente (ou seja, sem que sejam levadas em conta eventuais penalidades, descritas no parágrafo anterior), se de fato configurarem ilícitos, não trariam efeitos materiais às mesmas.

Outras informações relevantes

Durante os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018, ocorreram as seguintes alterações nos processos abaixo:

i. Termo Aditivo Modificativo nº 12/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela ViaOeste solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a ViaOeste apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a ViaOeste apresentou suas alegações finais. Em 05 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1019684-41.2014.8.26.0053 contra a ViaOeste pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 12/06. A ViaOeste ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1027970-08.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de

Notas Explicativas

validade do TAM nº 12/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Em 13 de abril de 2016, foi apresentado laudo pericial contábil favorável à Concessionária. Em 05 de junho de 2017, o juiz indeferiu os quesitos complementares apresentados pelo Estado de São Paulo e intimou o perito para que se manifeste quanto à similitude entre as ações conexas. Em 12 de julho de 2017, o perito apresentou manifestação confirmando a similitude das questões tratadas nas ações e informando que a perícia já realizada poderia ser aproveitada em ambas as ações. Após manifestação da ViaOeste, em 12 de setembro de 2017, concordando com o laudo pericial, o juiz, em 07 de novembro de 2017, declarou encerrada a fase de instrução do processo. Na sequência, as partes apresentaram alegações finais. Em 03 de maio de 2018, foi proferida decisão convertendo o julgamento em diligência para requerer ao perito manifestação sobre sete novos quesitos propostos pela juíza. Em 02 de julho de 2018, foi juntado laudo complementar do perito reafirmando suas conclusões anteriores, em resposta aos quesitos formulados pela juíza. Aguarda-se prolação da sentença.

A ViaOeste propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019924-81.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 1º de fevereiro de 2015 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 19 de março de 2015, a ViaOeste interpôs recurso de apelação ao qual o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) negou provimento em 19 de março de 2018. Em 18 de maio de 2018, a ViaOeste protocolou os embargos de declaração contra o acórdão que julgou a apelação.

Em 30 de julho de 2018, os embargos de declaração foram rejeitados por unanimidade. Em 12 de setembro de 2018, a ViaOeste interpôs recurso especial e recurso extraordinário, que aguardam juízo de admissibilidade.

ii. Reajuste Tarifário de 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho de 2014, a ViaOeste propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026968-03.2014.8.26.0053, visando a regularidade do Contrato, com aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015 foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela ViaOeste, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Após decisão proferida nos embargos de declaração, a ARTESP e Estado de São Paulo interpuseram recurso de apelação, que foi provido, por unanimidade, em acórdão publicado em 28 de junho de 2016. A ViaOeste opôs embargos de declaração, que foram rejeitados. A ViaOeste interpôs recursos especial e extraordinário em dezembro de 2016. Em 31 de maio de 2017, ambos os recursos foram inadmitidos.

Em 28 de junho de 2017, a ViaOeste interpôs agravos em recurso especial e recurso

Notas Explicativas

extraordinário. Em 24 de setembro de 2018, foi publicada a decisão monocrática que conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial. Contra essa decisão, a ViaOeste interporá agravo interno.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As informações contábeis intermediárias da Companhia não contemplam ajustes decorrentes deste processo, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável.

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 24 de outubro de 2018, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas ITRs.

3. Principais práticas contábeis

Neste período não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2018, dos Pronunciamentos CPC 47 / IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes e CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contratos com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, (substituindo as normas anteriores que dispunham sobre o reconhecimento de receitas: CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e CPC 30 - Programas de Fidelidade com o Cliente). Em resumo, foi estabelecido um modelo de cinco etapas para a contabilização de receitas, de tal forma que é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que a entidade espera ter o direito em troca da transferência de controle dos bens e/ou serviços para um cliente.

O CPC 47/ IFRS 15 não teve impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia.

CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros (substituindo o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

Notas Explicativas

i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias requeridas para mensuração no CPC 48 / IFRS 9, para cada classe de ativos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018.

Ativos e Passivos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38/IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/IAS 39	Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 9
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	57.500	57.500
Contas a receber - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.132	3.132

ii. Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de perda incorrida do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e créditos com partes relacionadas. A aplicação do *impairment* de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional relevante nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma.

4. Determinação dos valores justos

Neste período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Notas Explicativas**6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	4.561	4.477
Aplicações financeiras	-	
Fundos de investimentos e CDB	-	49.954
	<u>4.561</u>	<u>54.431</u>
	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	250.841	152.734
	<u>250.841</u>	<u>152.734</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,22% do CDI, equivalente a 6,45% ao ano (98,93% do CDI, equivalente a 13,78% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2017).

7. Contas a receber

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Pedágio eletrônico - outros (a)	58.851	56.913
Receitas acessórias (b)	635	630
	<u>59.486</u>	<u>57.543</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(42)	(43)
	<u>59.444</u>	<u>57.500</u>

Idade de vencimento dos títulos

Idade de Vencimento dos Títulos

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos a vencer	59.437	57.453
Créditos vencidos até 60 dias	5	41
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	2	6
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	5	16
Créditos vencidos há mais de 180 dias	37	27
	<u>59.486</u>	<u>57.543</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada para cada negócio da Companhia.

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017 (Reclassificado) (*)	01/01/2017 a 30/09/2017 (Reclassificado) (*)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	119.148	345.902	144.731	378.190
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(40.510)	(117.607)	(49.209)	(128.585)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas indedutíveis (a)	(671)	(917)	(170)	(711)
Incentivo relativo ao imposto de renda	459	1.167	314	1.665
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(65)	(277)	(52)	(274)
Outros ajustes tributários (a)	(1.266)	(1.688)	5	(41)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(42.053)	(119.322)	(49.112)	(127.946)
Impostos correntes	(42.548)	(112.137)	(50.511)	(124.657)
Impostos diferidos	495	(7.185)	1.399	(3.289)
	(42.053)	(119.322)	(49.112)	(127.946)
Alíquota efetiva de impostos	35,29%	34,50%	33,93%	33,83%

(*) Refere-se a abertura/reclassificação entre linhas para melhor apresentação.

(a) O valor inclui os efeitos de pagamento de R\$ 2.514 a título de IR e CS (incluindo multa e juros) sobre serviços contratados em anos anteriores, com valor diferente do valor de mercado.

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	31/12/2017	Reconhecido no resultado	Saldo em 30/09/2018		
			Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	965	(94)	871	871	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	36	(21)	15	15	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	2.915	(1.152)	1.763	1.763	-
Variação cambial	(10.513)	10.513	-	-	-
Resultado de operações com derivativos	319	(13.889)	(13.570)	-	(13.570)
Constituição da provisão de manutenção	9.039	(8.728)	311	311	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(51.741)	6.179	(45.562)	42.477	(88.039)
Outros	75	7	82	82	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(48.905)	(7.185)	(56.090)	45.519	(101.609)
Compensação de imposto	-	-	-	-	-
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(48.905)	(7.185)	(56.090)	45.519	(101.609)

Notas Explicativas

	31/12/2017	Reconhecido no resultado	Saldo em 30/09/2017		
			Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.001	(277)	724	724	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	44	(33)	11	11	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	2.410	320	2.730	2.730	-
Variação cambial	(17.675)	(1.978)	(19.653)	-	(19.653)
Resultado de operações com derivativos	11.737	(1.192)	10.545	10.545	-
Constituição da provisão de manutenção	21.570	(3.542)	18.028	18.028	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(56.957)	3.544	(53.413)	48.517	(101.930)
Outros	203	(131)	72	72	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(37.667)	(3.289)	(40.956)	80.627	(121.583)
Compensação de imposto	-	-	-	(80.627)	80.627
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(37.667)	(3.289)	(40.956)	-	(40.956)

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Circulante	3.297	3.297	41.658	30.494	44.955	33.791
	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Não Circulante	10.715	13.188	135.391	166.024	146.106	179.212

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2018, foram apropriadas ao resultado as despesas antecipadas do início e da extensão do prazo da concessão no montante de R\$ 26.774.

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão ou às indenizações de contratos sub-rogados foram ativados e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa ao prazo da concessão estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos foi ativado durante o prazo original da concessão e está sendo apropriado ao resultado no período de extensão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

	Transações					
	01/07/2018 a 30/09/2018			01/01/2018 a 30/09/2018		
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras
Controladora						
CCR S.A.	-	3.146 (a)	671 (b)	-	9.437 (a)	2.000 (b)
Outras partes relacionadas						
CPC	-	5.597 (e)	-	-	16.652 (e)	-
Samm	729 (c)	119 (f)	-	2.146 (c)	348 (f)	-
Total	729	8.862	671	2.146	26.437	2.000

	Transações					
	01/07/2017 a 30/09/2017			01/01/2017 a 30/09/2017		
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras
Controladora						
CCR S.A.	-	3.104 (a)	961 (b)	-	9.312 (a)	1.656 (b)
Outras partes relacionadas						
CPC	-	5.358 (e)	-	-	18.659 (e)	-
Rodoanel Oeste	-	-	-	-	-	1.665 (b)
Samm	714 (c)	-	-	2.187 (c)	-	-
Total	714	8.462	961	2.187	27.971	3.321

	30/09/2018		
	Saldos		
	Ativo	Passivo	
	Contas a receber	Cessão onerosa	Fornecedores e contas a pagar
Controladora			
CCR S.A.	4	40.919 (b)	1.260 (a)
Outras partes relacionadas			
CPC	12 (d)	-	1.753 (e)
ViaQuatro	2 (d)	-	22 (d)
Rodoanel Oeste	9 (d)	-	14 (d)
Samm	3.014 (c)	-	17 (d)
ViaMobilidade	1 (d)	-	7 (d)
Serveng Cilvilsan	-	-	1 (d)
Total circulante, 30 de setembro de 2018	1.452	1.104	3.074
Total não circulante, 30 de setembro de 2018	1.590	39.815	-
Total, 30 de setembro de 2018	3.042	40.919	3.074

	31/12/2017		
	Saldos		
	Ativo	Passivo	
	Contas a receber	Cessão onerosa	Fornecedores e contas a pagar
Controladora			
CCR S.A.	-	40.291 (b)	971 (a)
Outras partes relacionadas			
CPC	17 (d)	-	2.296 (e)
Rodoanel Oeste	12 (d)	-	11 (d)
Samm	3.004 (c)	-	-
SPVias	-	-	2 (d)
BH Airport	3 (d)	-	-
ViaQuatro	96 (d)	-	56 (d)
Serveng Cilvilsan	-	-	1
Total circulante, 31 de dezembro de 2017	1.538	476	3.337
Total não circulante, 31 de dezembro de 2017	1.594	39.815	-
Total, 31 de dezembro de 2017	3.132	40.291	3.337

Notas Explicativas

Despesas com profissionais chave da administração

	<u>01/07/2018 a</u> <u>30/09/2018</u>	<u>01/01/2018 a</u> <u>30/09/2018</u>	<u>01/07/2017 a</u> <u>30/09/2017</u>	<u>01/01/2017 a</u> <u>30/09/2017</u>
Remuneração (g):				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	326	1.510	566	1.539
Outros benefícios:				
Provisão para remuneração variável				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	262	785	208	623
Complemento de PPR pago no ano	-	324	-	471
Previdência privada	18	68	36	90
Seguro de vida	1	3	1	3
	<u>607</u>	<u>2.690</u>	<u>811</u>	<u>2.726</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Remuneração dos administradores (g)	866	1.019

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 06 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 5.000, incluindo salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Refere-se a cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do Rodoanel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, convertida para Lei 13.043/2014. Os juros de 105% do CDI, serão pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal. Em 03 de maio de 2017, o Rodoanel Oeste vendeu os recebíveis para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% ao ano;
- (c) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento está sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M;
- (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (e) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (f) Prestação de serviços de transmissão de dados; e
- (g) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

Notas Explicativas

11. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	31/12/2017		30/09/2018		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Móveis e utensílios	4.222	-	(25)	95	4.292
Máquinas e equipamentos	37.477	-	(658)	1.193	38.012
Veículos	11.883	-	(645)	1.227	12.465
Instalações e edificações	5.122	-	(3)	-	5.119
Equipamentos operacionais	83.429	-	(289)	3.951	87.091
Imobilizado em andamento	6.475	6.949	-	(6.862)	6.562
	<u>148.608</u>	<u>6.949</u>	<u>(1.620)</u>	<u>(396)</u>	<u>153.541</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 468 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 (R\$ 312 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2018 foi de 0,48% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos e debêntures) e de 0,40% a.m. no período de nove meses de 2017.

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2017		30/09/2018		Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final	
Móveis e utensílios	10	(3.040)	(275)	22	(3.293)	
Máquinas e equipamentos	11	(24.990)	(2.469)	639	(26.820)	
Veículos	25	(8.256)	(1.555)	631	(9.180)	
Instalações e edificações	6	(357)	(14)	2	(369)	
Equipamentos operacionais	14	(63.432)	(4.370)	276	(67.526)	
		<u>(100.075)</u>	<u>(8.683)</u>	<u>1.570</u>	<u>(107.188)</u>	

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

12. Intangível

Movimentação do custo

	31/12/2017		30/09/2018		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	1.522.821	21.340	(3.359)	1.540.802	
Direitos de uso de sistemas informatizados	13.384	-	397	13.781	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.557	-	(204)	1.353	
Direito da concessão - ágio (b)	251.709	-	-	251.709	
	<u>1.789.471</u>	<u>21.340</u>	<u>(3.166)</u>	<u>1.807.645</u>	

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.602 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 (R\$ 5.194 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017). A taxa média de capitalização no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e 2017 foi de 0,48% a.m. e 0,40% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos e debêntures).

Notas Explicativas

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2017		30/09/2018	
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(739.692)	(101.839)	3.562	(837.969)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(11.074)	(633)	-	(11.707)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(1.353)	-	-	(1.353)
Direito da concessão - ágio (b)	(*)	(151.284)	(13.331)	-	(164.615)
		<u>(903.403)</u>	<u>(115.803)</u>	<u>3.562</u>	<u>(1.015.644)</u>

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Direito da concessão: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

13. Empréstimos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Vencimento final	30/09/2018		31/12/2017	
				30/09/2018	31/12/2017		
Em moeda estrangeira							
1. Banco de Tóquio - Mitsubishi Ufj (a)	LIBOR 3M + 2,10% a.a.	N/I	Janeiro de 2019	-	154.608	(b)	
Total geral				<u>-</u>	<u>154.608</u>		
Circulante				<u>-</u>	<u>5.803</u>		
Não circulante				<u>-</u>	<u>148.805</u>		

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

1. Em 05 de janeiro de 2018, ocorreu a liquidação antecipada do contrato de financiamento com o Banco de Tokyo, com recursos da 7ª emissão de debêntures.

(a) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 20, para maiores detalhes).

Garantias:

(b) Aval / Fiança Corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta.

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo dos custos a apropriar 30/09/2018	Vencimento final	30/09/2018		31/12/2017	
						30/09/2018	31/12/2017		
5ª Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 5,67% a.a.	5,8865% (b)	1.334	-	Setembro de 2019	194.915	193.822	(d)	
6ª Emissão - Série Única	IPCA + 6,2959% a.a.	6,6313% (b)	3.706	2.476	Novembro de 2021	291.084	277.166	(d)	
7ª Emissão - Série Única	106,25% do CDI	0,0593% (a)	587	516	Novembro de 2020	336.892	330.543	(c)	
Total geral				<u>2.992</u>		<u>822.891</u>	<u>801.531</u>		
Circulante									
Debêntures						209.072	13.187		
Custo de transação						<u>(966)</u>	<u>(1.179)</u>		
						<u>208.106</u>	<u>12.008</u>		
Não Circulante									
Debêntures						616.811	792.425		
Custo de transação						<u>(2.026)</u>	<u>(2.902)</u>		
						<u>614.785</u>	<u>789.523</u>		

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são

Notas Explicativas

conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

- (b) O custo efetivo desta transação refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram considerados para fins de cálculo de TIR as taxas contratuais variáveis.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20.

Garantias:

- (d) Não existem garantias.
- (e) Garantia real.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/09/2018</u>
2020	330.000
2021	<u>286.811</u>
	<u><u>616.811</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>31/12/2017</u>	<u>30/09/2018</u>				
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Atualização de bases processuais e monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Saldo final</u>
Não circulante						
Cíveis e administrativos	3.562	764	(737)	265	(2.078)	1.776
Trabalhistas e previdenciários	5.011	1.913	(401)	(2.090)	(1.025)	3.408
	<u>8.573</u>	<u>2.677</u>	<u>(1.138)</u>	<u>(1.825)</u>	<u>(3.103)</u>	<u>5.184</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma

Notas Explicativas

provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cíveis e administrativos	1.977	234
Trabalhistas	<u>2.242</u>	<u>2.609</u>
	<u>4.219</u>	<u>2.843</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de setembro de 2018 é de R\$ 2.985 (R\$ 5.264 em 31 de dezembro de 2017).

16. Provisão de manutenção

	<u>31/12/2017</u>	<u>30/09/2018</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição/ reversão de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo Final</u>
Circulante	26.586	1.966	458	(28.095)	915
	<u>26.586</u>	<u>1.966</u>	<u>458</u>	<u>(28.095)</u>	<u>915</u>

As taxas anuais de 2017 e 2018, para cálculo do valor presente, são de 13,93% e 7,77%, respectivamente.

17. Patrimônio líquido

a. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>01/07/2018 a 30/09/2018</u>	<u>01/01/2018 a 30/09/2018</u>	<u>01/07/2017 a 30/09/2017</u>	<u>01/01/2017 a 30/09/2017</u>
Numerador				
Lucro líquido	77.095	226.580	95.619	250.244
De nominador				
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146	6.988.146	6.988.146
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146	6.988.146	6.988.146
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,00525	0,01544	0,00652	0,01705
Lucro por ação preferencial - básico e diluído	0,00578	0,01698	0,00717	0,01876

b. Dividendos

Em 27 de fevereiro de 2018, foi aprovada em AGE, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 40.000 correspondentes a R\$ 2,7257041735 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 2,99827459085 por lote de mil ações preferenciais, à conta de parte do saldo da reserva de retenção de lucros do exercício de 2017, pagos em 28 de fevereiro de 2018.

Em 28 de março de 2018, foi aprovada em AGE, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 47.889 correspondentes a R\$ 3,26331080217 por lote de mil ações ordinárias e

Notas Explicativas

R\$ 3,58964188238 por lote de mil ações preferenciais, à conta de parte do saldo da reserva de retenção de lucros do exercício de 2017, pagos em 28 de março de 2018.

18. Receitas

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Receitas de pedágio	251.470	744.212	273.003	779.016
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	2.320	20.119	7.339	47.047
Receita de partes relacionadas	729	2.146	714	2.187
Receitas acessórias	3.001	9.003	3.093	9.373
Receita bruta	257.520	775.480	284.149	837.623
Impostos sobre receitas	(22.107)	(65.325)	(22.521)	(63.614)
Deduções da receita bruta	(22.107)	(65.325)	(22.521)	(63.614)
Receita líquida	235.413	710.155	261.628	774.009

19. Resultado financeiro

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e debêntures	(13.494)	(39.100)	(10.083)	(35.432)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	7	(458)	(806)	(3.388)
Capitalização de custos dos empréstimos	653	2.070	1.249	5.506
Perda com operações de derivativos	(2.087)	(44.075)	(16.893)	(38.301)
Valor justo sobre empréstimos e debêntures (fair value option)	(1.059)	(1.987)	(5.458)	(10.585)
Varição monetária sobre empréstimos e debêntures	(8.010)	(16.553)	(2.894)	(10.893)
Varição cambial sobre empréstimos	-	-	(3.152)	(20.361)
Juros e variações monetária com partes relacionadas	(671)	(2.000)	(962)	(3.321)
Variações Cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	(6)	-	(1)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.367)	(2.213)	(475)	(1.498)
	(26.028)	(104.322)	(39.474)	(118.274)
Receitas financeiras				
Varição cambial sobre empréstimos	-	2.838	11.394	26.183
Varição monetária sobre empréstimos, finanças e debêntures	2.049	2.130	2.223	2.223
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.585	4.143	2.137	6.785
Ganho com operações de derivativos	4.338	44.150	8.420	22.272
Valor justo sobre empréstimos e debêntures (fair value hedge)	1.360	6.655	1.044	3.252
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	1	1	-	4
Juros e outras receitas financeiras	330	1.019	1.201	4.335
	10.663	60.936	26.419	65.054
Resultado financeiro líquido	(15.365)	(43.386)	(13.055)	(53.220)

20. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros por categoria

	30/09/2018			31/12/2017		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	250.841	-	-	202.688	-	-
Contas a receber	-	59.444	-	-	57.500	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	3.042	-	-	3.132	-
Contas a receber com operações de derivativos	44.784	-	-	41.192	-	-
Passivos						
Contas a pagar com operações de derivativos	-	-	-	(33.794)	-	-
Debêntures (a)	(194.915)	-	(627.976)	(193.822)	-	(607.709)
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	-	(154.608)	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(22.914)	-	-	(25.287)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(3.074)	-	-	(3.337)
Cessão onerosa - partes relacionadas	-	-	(40.919)	-	-	(40.291)
Obrigações com o Poder Concedente	-	-	(1.241)	-	-	(1.372)
	<u>100.710</u>	<u>62.486</u>	<u>(696.124)</u>	<u>(138.344)</u>	<u>60.632</u>	<u>(677.996)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- **Aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que corresponde ao seu valor justo.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores e contas a pagar – partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Contas a receber e a pagar com derivativos** - Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex. B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- **Obrigações com o poder concedente** – Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado** - A Companhia captou empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), tendo sido contratados swaps trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração desses empréstimos pelo valor justo (*fair value option*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração dos derivativos a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem

Notas Explicativas

mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 152.601 em 31 de dezembro de 2017.

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado:** Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	<u>30/09/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	630.968	645.402	611.271	634.096

(a) Valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (fair value option e hedge accounting)** – A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 190.054 em 30 de junho de 2018, conforme detalhado abaixo:

<u>Taxa contratual da dívida</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	Custo amortizado (a)
5a Emissão - Série 2 IPCA + 5,67% a.a	99,9% até 100% do CDI	190.054

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 14.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Nível 2:		
Aplicações financeiras	250.841	202.688
Derivativos	44.784	7.398
Empréstimos em moeda estrangeira	-	(154.608)
Debêntures	(194.915)	(193.822)

Notas Explicativas

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor e de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 5ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Notas Explicativas

Contra parte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nocional) (1)				Valor Justo				Valores brutos contratados e liquidados				Efeito Acumulado		Resultado	
				Moeda Estrangeira		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Recebidos/(Pagos)		Valores a receber/(recebidos)		Valores a pagar/(pagos)			Ganho/(Perda) em resultado
				30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017		
Posição ativa				-	-	75.000	75.000	97.653	97.131	233	233	22.492	22.492	-	-	-	-	2.143	3.903
Posição passiva	BTG Pactual	27/10/2014	1609/2019 (C) - IPCA + 5,67% a.a. 100% do CDI	-	-	-	-	(75.161)	(76.549)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição ativa				-	-	75.000	75.000	97.458	97.170	227	227	22.292	22.292	-	-	-	-	1.909	3.784
Posição passiva	Merrill Lynch	27/10/2014	1609/2019 (C) - IPCA + 5,67% a.a. 99,90% do CDI	-	-	-	-	(75.166)	(76.560)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2018				-	-	150.000	150.000	44.784	41.192	460	460	44.784	44.784	-	-	-	-	4.052	7.687
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017				-	45.771	-	151.410	-	(33.794)	(37.771)	(23.094)	-	-	-	(33.794)	-	-	(3.977)	(23.716)
TOTAL DAS OPERAÇÕES CIRCULANTE				-	-	-	-	-	-	-	-	44.784	162	-	(7.362)	-	-	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES NÃO CIRCULANTE				-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES				-	45.771	150.000	301.410	44.784	7.398	(37.311)	(30.262)	44.784	41.192	-	(33.794)	-	-	75	(16.029)

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.

(2) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários nos meses de março e setembro de cada ano, até o vencimento final.

Notas Explicativas

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Riscos cambiais	(3.977)	7.687
Riscos de juros	<u>4.052</u>	<u>(23.716)</u>
	<u>75</u>	<u>(16.029)</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram consideradas nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2019 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures - 5ª Emissão - 2ª Série	Aumento do IPC-A	Setembro de 2019	190.054	(18.964)	(21.129)	(23.294)
Debêntures - 6ª Emissão	Aumento do IPC-A	Novembro de 2021	293.560	(32.630)	(36.164)	(39.698)
Debêntures - 7ª Emissão	Aumento do CDI	Novembro de 2020	337.408	(22.764)	(28.467)	(34.174)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Setembro de 2019	(190.244)	18.983	21.151	23.317
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Setembro de 2019	150.332	(9.562)	(11.952)	(14.343)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI ⁽⁴⁾		250.841	15.835	19.792	23.748
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(49.102)</u>	<u>(56.769)</u>	<u>(64.444)</u>
Efeito sobre as debêntures e derivativos				(64.937)	(76.561)	(88.192)
Efeito sobre as aplicações financeiras				15.835	19.792	23.748
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(49.102)</u>	<u>(56.769)</u>	<u>(64.444)</u>
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:						
	CDI ⁽²⁾			6,39%	7,99%	9,59%
	IPC-A ⁽³⁾			4,69%	5,87%	7,04%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

Notas Explicativas

- (2) Refere-se à taxa de 29/09/2018, divulgada pela B3/Cetip;
- (3) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira; e
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 30/09/2018, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

21. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a. *Compromissos com o Poder Concedente outorga fixa*

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Outorga fixa	-	11.774	-	11.703

O compromisso foi pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa real de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 11.774, referente a outorga fixa, sendo R\$ 5.982 em caixa e R\$ 5.792 através de encontro de contas financeiras (R\$ 52.436 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, sendo R\$ 24.633 em caixa e R\$ 27.803 através de encontro de contas financeiras).

b. *Outorga variável*

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 1,5% da receita mensal bruta.

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 11.477 referente ao direito de outorga variável (R\$ 11.852 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017).

c. *Compromissos relativos à concessão*

A concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

Notas Explicativas

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Compromisso de investimento	315.227	325.983

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

22. Demonstração do fluxo de caixa

a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor apresenta os fluxos de obtenção de recursos.

***b.* Reconciliação das atividades de financiamento**

	<u>Empréstimos</u>	<u>Debêntures</u>	<u>Mútuos/cessão onerosa com partes relacionadas</u>	<u>Dividendos a pagar</u>	<u>Operações com derivados</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	(154.608)	(801.531)	(40.291)	-	7.398	(989.032)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento						
Custos de transação	-	127	-	-	-	127
Dividendos pagos	-	-	-	87.889	-	87.889
Pagamentos de principal e juros	149.852	29.286	-	-	-	179.138
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	-	37.311	37.311
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>149.852</u>	<u>29.413</u>	<u>-</u>	<u>87.889</u>	<u>37.311</u>	<u>304.465</u>
Outras variações						
Despesas com juros, variação monetária e cambial	2.748	(53.433)	(628)	-	-	(51.313)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	<u>2.008</u>	<u>2.660</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>75</u>	<u>4.743</u>
Total das outras variações	<u>4.756</u>	<u>(50.773)</u>	<u>(628)</u>	<u>-</u>	<u>75</u>	<u>(46.570)</u>
Saldo final	<u>-</u>	<u>(822.891)</u>	<u>(40.919)</u>	<u>87.889</u>	<u>44.784</u>	<u>(731.137)</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Processo interno de investigação

Conforme citado na Nota Explicativa nº1 às informações trimestrais, a Companhia, sua controladora CCR S.A. e determinadas entidades integrantes do Grupo CCR, foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos indevidos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. Adicionalmente, em decorrência da 55ª fase da Lava Jato - Operação Integração - conduzida pela Polícia Federal, foram realizadas busca e apreensão de documentos na sede da RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A., empresa do Grupo CCR, e na sede de sua controladora CCR S.A., bem como na residência de executivos e ex-executivo do Grupo CCR. Conforme mencionado na referida nota, o Conselho de Administração de sua controladora CCR S.A. criou um Comitê de Investigação Independente que, em conjunto com assessores jurídicos e com empresa internacional de consultoria especializada, iniciou investigação para apuração dos fatos noticiados. A Companhia efetuou avaliação sobre eventuais efeitos nas suas informações trimestrais acima citadas e concluiu que, se houver, tais efeitos não seriam materiais às mesmas. Todavia, as investigações ainda estão em andamento e portanto, não é possível determinar se serão revelados fatos que possam trazer impactos futuros à Companhia, bem como se haverá qualquer efeito da Lei 12.846/ 2013 em decorrência desse assunto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de outubro de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2018.

Barueri/SP, 25 de outubro de 2018.

MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

PAULO CESAR DE SOUZA RANGEL

DIRETOR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2018.

Barueri/SP, 25 de outubro de 2018.

MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

PAULO CESAR DE SOUZA RANGEL

DIRETOR